



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO PROVINCIAL DA HUÍLA
(GABINETE DO GOVERNADOR)

Excelentíssimo Senhor
Joseph Schechla do
Coordination Office
Housing And Land Rights Network
Habitat International Coalition
Fax +20(0)23748-6379

N/Ref. 540/GPH/2012

Lubango, 5 de Julho de 2012

ASSUNTO: VOSSA CARTA DATADA DE 1 DE JULHO

Excelentíssimos Senhores

Vimos pela presente acusar recepção da Vossa Carta datada de 1 de Julho de 2012 e recepcionada por Fax a 3 de Julho do ano em curso, na qual manifestam preocupação relativa as demolições havidas no Arco Íris.

A Província da Huíla compreende uma superfície de 78.800 Km², está administrativamente dividida em 14 Municípios e 42 Comunas e alberga hoje cerca de 3 Milhões de habitantes.

A Cidade Capital da Província, a Cidade do Lubango projectada pelo Arquitecto José Aguiar para albergar 400 mil pessoas viu a sua população crescer para 1,5 Milhões de habitantes, tendo como consequência havido uma drástica redução da capacidade de satisfação dos Municípios no que tange ao provimento de serviços para uma condição adequada de salubridade do meio.

O crescimento populacional registado, é consequência directa da Guerra que o País conheceu por um longo período de tempo, tendo o Lubango sido uma das grandes bases de recepção da população despojada dos seus haveres, bens e terras por tão fratricida Guerra que nos foi imposta.

Ao longo do período de Guerra, o Lubango foi também a base operacional de um grande número de Organizações Não Governamentais que trouxeram centenas de pessoas a trabalhar, provenientes de várias latitudes e com certeza fizeram amizades, afectos e estima pela nossa população de que estamos muito agradecidos e reconhecidos.

Esses operadores das Organizações Não Governamentais que aqui trabalharam, são testemunho vivo ainda de que a região regista uma das mais continuadas presenças de comunidades de origem europeia cujas propriedades escrituradas desde 1840 jamais foram ocupadas ou violadas.

As condições de habitabilidade das pessoas que procuraram refúgio na cidade são muito precárias e tenderam de um modo geral a instalarem-se lá onde era possível sem condições ao longo das linhas de água, linhas de alta tensão, canais de drenagem, vias projectadas, em suma terrenos devolutos do Estado.

Terminada a Guerra, havendo condições de estabilidade Política, Social e Económica compete a Administração promover condições para um melhor assentamento populacional, reconhecendo a todos o direito a uma habitação condigna como Vossas Excelências bem referem na Vossa Carta.

Nessa perspectiva, têm vindo a ser levados a efeito projectos que visam conferir maior dignidade as nossas populações e no Lubango estão em desenvolvimento duas grandes áreas de Ordenamento Urbano notadamente a Eywa e a Quilemba com 9 mil hectares e 5 mil hectares respectivamente.

Em toda esta Superfície em Desenvolvimento que Vossa Excelência pode acessar a partir de imagens do Google encontrará um massivo desenvolvimento em infra-estruturas que nos permite sem nenhum tipo de preconceito convidar-vos a visitarem.

Não dispomos de recursos financeiros e Angola lamentavelmente não tem conseguido mobilizar apoios internacionais para o esforço de Reconstrução Nacional desejáveis para a dimensão do País, que permitissem criar as condições ideais prévias ao reassentamento nos grandes centros urbanos.

Assim, abrimos áreas de assentamento definindo avenidas, ruas, lotes de terreno para a construção directa entre nós denominada "Auto - Construção

Dirigida” concessionamos 1000 m² de terreno, concedemos plantas de arquitectura, fizemos furos de água e prestamos assistência no limite real das capacidades técnicas e financeiras da Administração.

A construção de Escolas, Postos Médicos e a extensão da energia eléctrica vai tendo lugar progressivamente e são realidades tangíveis.

Estes processos estão sempre envoltos em muita polémica, salutar desde o nosso ponto de vista, pois é sempre bom que hajam observatórios de vigilância e que nos imponham a observação de normas de respeito dos Direitos dos Cidadãos.

Tal não dá o direito a calúnia e ao levantar de falsos testemunhos como o referido no primeiro parágrafo da Vossa carta, principalmente quando a alguém se queiram imputar responsabilidades por morte de pessoas.

Nos dias que correm, tais afirmações, acabam por despoletar outro tipo de acções que desembocam em processos políticos que não têm outro fim que não seja o derrube de Governos e a destruição de Estados, alimentados por via de regra por indivíduos sem escrúpulos com o fim último de assaltarem o poder, provocarem o caos e a desordem.

Reconhecemos os sentimentos que envolvem as pessoas afectadas com as requalificações em curso na cidade do Lubango após 20 ou 30 anos de vida num dado bairro mesmo sem condições de habitabilidade.

Não há expulsões forçadas. Há registo pormenorizado de cada casa, número de pessoas a afectar, entrega do registo do lote de terreno devidamente enumerado e cadastrado, procedem-se aos avisos com antecedência de até 12 meses antes de que uma acção tenha lugar.

De facto, estamos em presença de uma população sem recursos financeiros substantivos mas com grande habilidade e hoje com maior disponibilidade o nível de ajudas do Governo vem crescendo no sentido de permitir a cada família construir o lar definitivo com propriedade terrena registada.

Não é Vossa preocupação com certeza, mas há já três anos não registamos epidemias de cólera, reduzimos o número de casos de malária em 174.766 casos, o número de mortes por doença provocada pela insalubridade foi reduzido em 339 casos.



Estão em construção projectos habitacionais de iniciativa pública em 4 mil fogos em iniciativa privada 2 mil fogos.

Estão construídas no Ordenamento da Quilemba 6 Escolas sendo uma de 18 salas, uma de 12 salas, duas de 6 salas na sede da Comuna e temos um posto médico e uma Escola de 12 salas em construção no Tchituno dentro do mesmo ordenamento.

Na Eywa está em construção um hospital Pediátrico, uma maternidade e um hospital Psiquiátrico para além de áreas planeadas e projectadas para Universidade para 20 mil alunos, residências multifamiliares e toda esta área é bordeada pelo Caminho de Ferro de Moçâmedes com 12 Estações projectadas 7 das quais já construídas de raíz.

Ao nível da Província o volume de obras é enorme e compreende Administrações Municipais, Escolas, Postos Médicos e Hospitais de Referência, Residência para Juíz e Procurador de entre outros.

Para terminar reiteramos o convite a Vossas Excelências para que nos visitem e constatem na realidade o que se está a fazer e ajudem os Angolanos a resgatarem a Auto-estima, acreditando que o tempo é de Reconstrução Nacional.

Sendo o que sobre o assunto nos apraz referir, aceitem os nossos melhores cumprimentos e a expressão da mais elevada consideração

Atenciosamente

O Governador



Isaac Francisco Maria dos Anjos

Eng. Agrónomo